

ILUSTRÍSSIMO (A) SENHOR (A) PREGOEIRO (A) DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITATIBA/SP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2021

EDITAL Nº. 01/2021

PROCESSO Nº. 041/2021

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE COPEIRAGEM, DE JARDINAGEM, DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO E DE MANUTENÇÃO PREDIAL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E EQUIPAMENTOS, NAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITATIBA.

A empresa **SOLUÇÕES RECURSOS HUMANOS LTDA.** sediada a Avenida Vereador Doutor José Marques Penteado, nº. 1884 – Jardim das Alamandas – Iperó/SP – CEP 18560-000, inscrita no CNPJ sob o nº 18.975.589/0001-09, por intermédio de seu representante legal, o Sr. LUIZ LOZZANO SANCHES NETO, portador do RG 50.735.430-8 e CPF 064.933.586-47, vem respeitosamente à presença de Vossas Senhorias, por seu representante constituído, na forma da Legislação Vigente e de acordo com o Edital de Licitação, apresentar RECURSO ADMINISTRATIVO por discordar da INABILITAÇÃO da RECORRENTE, em razão da não aceitação de atestados de capacidade técnica apresentados durante o certame e da desvinculação do pregoeiro e equipe técnica ao instrumento convocatório, no pregoão acima citado, motivos pelos quais demonstraremos a seguir.



## PRELINARMENTE

A RECORRENTE espera, através da presente RECURSO ADMINISTRATIVO, seja REVISTO SUA INABILITAÇÃO, validando os atestados de capacidade técnica apresentados, reconhecendo ainda a desvinculação ao instrumento convocatório por parte do pregoeiro e sua equipe técnica, e por fim REFORMANDO A DECISÃO QUE A JULGOU INABILITADA.

## SÍNTESE DOS FATOS

A presente licitação foi instaurada pela Câmara Municipal de Itatiba, na modalidade de Pregão Presencial, objetivando a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE COPEIRAGEM, DE JARDINAGEM, DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO E DE MANUTENÇÃO PREDIAL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E EQUIPAMENTOS, conforme descrições dispostas no edital e termo de referência em epígrafe.

A empresa RECORRENETE, após a fase de lances, logrou-se vencedora, após a análise dos documentos de habilitação pelo Sr.(a) Pregoeiro(a) e equipe técnica, conforme deliberações registradas na ata.

## DA EXIGÊNCIA DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO SOBRE “ATESTADOS”

“9.3- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. 9.3.1. Comprovação de capacitação técnica-operacional, através de certidão(ões) ou atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, demonstrando a execução pretérita pela licitante de objeto(s) compatível(is) com o ora licitado;”

O instrumento convocatório não deixa dúvidas QUE SERÃO ACEITOS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA COMPATÍVEIS, CARACTERÍSTICAS SIMILARES OU SEMELHANTES COM O OBJETO DA LICITAÇÃO!!!



Evidentemente frustrado o caráter competitivo e obtenção da proposta mais vantajosa para a administração, ao exigir que os licitantes apresentem atestados com serviços IDÊNTICOS ao objeto licitado!!!

### **DA SIMILARIDADE – COMPATIBILIDADE - SEMELHANÇA**

**SIMILAR** - que possui o mesmo teor; que se assemelham ou se equivalem; semelhante; Da mesma natureza; análogo, equivalente, semelhante. s.m. Serviço, produto ou objeto similar: objeto que se assemelha a outro (<http://www.dicio.com.br/similar/>).

**COMPATÍVEL** Que pode coexistir. Que é conciliável com outro ou com outros. (<http://www.dicionarioweb.com.br/compat%C3%ADvel/>).

**SEMELHANTE** - Parecido; praticamente igual a outro: imagens semelhantes. Similar; idêntico a outro: eles fizeram músicas semelhantes. Que apresenta proximidade com o modelo a partir do qual foi criado: imagem semelhante ao original. s.m. O próximo; algo ou alguém de mesma espécie ou natureza que outra coisa. (<http://www.dicio.com.br/semelhante/>).

Os atestados são similares – compatíveis e semelhantes com o objeto da licitação, só não são idênticos ao objeto licitado, como exigiu a pregoeira e equipe técnica do PP 01/2021.

A função do atestado de capacidade técnica é verificar se determinado licitante possui condições de fornecer serviços iguais ou similares ao licitado e isso restou comprovado com os atestados que a RECORRENTE apresentou!

A lei 8.666/93 em seu artigo 30, II, dispõe que: “A DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À



QUALIFICAÇÃO TÉCNICA LIMITAR SE Á A: (...) II – COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO PARA DESEMPENHO DE ATIVIDADE PERTINENTE ECOMPATÍVEL EM CARACTERÍSTICAS, QUANTIDADES E PRAZOS COM O OBJETO DA LICITAÇÃO, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos”. Este inciso deve ser interpretado conjuntamente com o § 3º do mesmo artigo, a saber: “SERÁ SEMPRE ADMITIDA A COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO ATRAVÉS DE CERTIDÕES OU ATESTADOS DE OBRAS OU SERVIÇOS SIMILARES DE COMPLEXIDADE TECNOLÓGICA E OPERACIONAL EQUIVALENTE OU SUPERIOR”. E ainda com § 5º do mesmo artigo: É VEDADA A EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE OU DE APTIDÃO com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, OU QUAISQUER OUTRAS NÃO PREVISTAS NESTE LEI, QUE INIBAM A PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.”

Restringir o universo de participantes, através de exigência de comprovação de experiência anterior EM CONDIÇÕES IDÊNTICAS AO OBJETO ou serviço que será contratado, seria excluir àqueles que poderiam atender à necessidade da Administração, prejudicando assim a economicidade da contratação e desatendendo também ao previsto no **art. 37, XXI da CF: “RESSALVADOS OS CASOS ESPECIFICADOS NA LEGISLAÇÃO, AS OBRAS, SERVIÇOS, COMPRAS E ALIENAÇÕES SERÃO CONTRATADOS MEDIANTE PROCESSO DE LICITAÇÃO PÚBLICA QUE ASSEGURE IGUALDADE DE CONDIÇÕES A TODOS OS CONCORRENTES, COM CLÁUSULAS QUE ESTABELEÇAM OBRIGAÇÕES DE PAGAMENTO, MANTIDAS AS CONDIÇÕES EFETIVAS DA PROPOSTA, NOS TERMOS DA LEI, O QUAL SOMENTE PERMITIRÁ AS EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICA INDISPENSÁVEIS À GARANTIA DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES”.**

Diante destas constatações, pode se afirmar que se torna inviável exigir do licitante, no tocante à qualificação técnica, atestados de experiência anterior na realização de serviço



ou referente a objeto idêntico ao que será contratado. exceto nos casos em que a restrição for essencial ao cumprimento da obrigação.

Neste sentido, se pronunciou o TCE/MG, como podemos extrair da denúncia de nº 812.442. Vejamos trecho daementa:

“Edital de licitação NÃO PODE CONTER EXIGÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA que não seja indispensável à garantia do cumprimento das obrigações contratuais e que não esteja prevista em lei. (...) A EXIGÊNCIA DE EXPERIÊNCIA ANTERIOR NA EXECUÇÃO DE OBJETO IDÊNTICO AO LICITADO SÓ É POSSÍVEL SE HOVER JUSTIFICATIVA RAZOÁVEL E SE NÃO OFENDER O PRINCÍPIO DA COMPETITIVIDADE, NEM PREJUDICAR A OBTENÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA”.

Este é também o entendimento do TRF 4ª Região na AC nº 5019145-37.2012.404.7000, em resposta a umde seus jurisdicionados: “INEXISTINDO TAL EXIGÊNCIA E, MUITO MENOS, A NECESSÁRIA CORRELAÇÃO ENTREA HABILITAÇÃO ESPECIAL E OS SERVIÇOS A SEREM DESEMPENHADOS PELA VENCEDORA, NÃO CABE AO INTÉRPRETE AMPLIAR EXIGÊNCIAS AO SEU TALANTE, ASSIM COMO NÃO CABE AOS DEMAIS LICITANTES BUSCAR EXIGÊNCIAS MAIORES DO QUE AS DEVIDAS, ATÉ PORQUE, VISANDO A LICITAÇÃO A MAIOR PARTICIPAÇÃO POSSÍVEL EM HOMENAGEM AO PRINCÍPIO DA CONCORRÊNCIA, AS RESTRIÇÕES À PARTICIPAÇÃO DEVEM SE CONTER EM ESTRITOS LIMITE.

Deliberações do TCU: O Art. 30 da Lei nº 8.666/93, e seu inciso II dizem, entre outras coisas, que a exigência para a qualificação TÉCNICA DEVE SER COMPATÍVEL EM QUANTIDADES. PORTANTO, É POSSÍVEL SE EXIGIR QUANTIDADES, DESDE QUE COMPATÍVEIS. POR COMPATÍVEL, SE ENTENDE SER ASSEMELHADA, NÃO PRECISA SER IDÊNTICA. A SEMELHANÇA DEPENDE DA NATUREZA TÉCNICA DA CONTRATAÇÃO, POIS PARA CERTAS COISAS, QUEM FAZ UMA, FAZ DUAS. PARA



OUTRAS COISAS, A CAPACIDADE DE FAZER UMA NÃO GARANTE CAPACIDADE PARA FAZER DUAS. (Decisão 1288/2002 – Plenário).

É necessário, portanto, que as exigências relativas à qualificação técnica sejam interpretadas em consonância com o disposto no art. 37, XXI da Carta Magna, juntamente com os demais dispositivos infra constitucionais, afim de que sejam exigidos somente os requisitos indispensáveis ao cumprimento da obrigação, de modo a possibilitar a ampla participação de competidores interessados em contratar com a Administração, assegurar a economicidade da contratação e garantir, sempre que possível, o tratamento isonômico.

Assim esclarece o Doutrinador Marçal Justen Filho, em “Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos” (São Paulo: Dialética. 11 ed. pp. 304, 322, 336 e 337):

“(…) Vale insistir acerca da inconstitucionalidade de exigências excessivas, no tocante à qualificação técnica. Observe-se que a natureza do requisito é incompatível com disciplina precisa, minuciosa e exaustiva por parte da Lei. É impossível deixar de remeter à avaliação da Administração a fixação de requisitos de habilitação técnica. Essa competência discricionária não pode ser utilizada para frustrar a vontade constitucional de garantir o mais amplo acesso a licitantes, tal como já exposto acima. A Administração apenas está autorizada a estabelecer exigências aptas a evidenciar a execução anterior de objeto similar. Vale dizer, sequer se autoriza exigência de objeto idêntico. (...) (...) Também não se admitem requisitos que, restritivos à participação no certame, sejam irrelevantes para a execução do objeto licitado.

Deve-se considerar a atividade principal e essencial a ser executada, sem maiores referências a especificações ou detalhamentos.

Isso não significa afirmar que tais peculiaridades sejam irrelevantes. São significativas



para a execução do objeto, mas não para a habilitação. "Não cabe à Administração ir além do mínimo necessário à garantia do princípio da República.

Logo, não se validam exigências que, ultrapassando o mínimo, destinam se a manter a Administração em situação 'confortável'. A CF/88 proibiu essa alternativa"(...) A Lei nº 8.666 disciplinou de modo minucioso a matéria da qualificação técnica.

Um dos caracteres mais marcantes da Lei nº 8.666 foi a redução da margem de liberdade da Administração Pública nesse campo e a limitação do âmbito das exigências.

Buscou evitar que exigências formais e desnecessárias acerca da qualificação técnica constituam se em instrumentos de indevida restrição à liberdade de participação em licitação. (...). **A LEGISLAÇÃO VIGENTE NÃO PROÍBE AS EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, MAS REPRIME AS EXIGÊNCIAS DESNECESSÁRIAS E MERAMENTE FORMAIS.**

Ademais, a Lei nº 10.520/2002, que rege as licitações públicas na modalidade pregão, estabelece o seguinte quanto à verificação das condições de habilitação:

"Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras: (...) XIII a habilitação far se á com a verificação de que o licitante está em situação regular perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS, e as Fazendas Estaduais e Municipais, quando for o caso, com a comprovação de que atende às exigências do edital quanto à habilitação jurídica e qualificações técnica e econômico financeira;

Em seu art. 9º, a citada Lei prevê para a modalidade de pregão a aplicação subsidiária das normas previstas na Lei nº 8.666/1993. Esta, por seu turno, estabelece a seguinte regra na seção relativa à habilitação:



Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a: II comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

O conjunto normativo mencionado busca garantir à Administração a contratação da proposta mais vantajosa possível, associada a garantias mínimas de que o objeto será cumprido de maneira satisfatória. Todavia, como elucidado pela RECORRENTE, consoante as normas vigentes acerca da licitação, o atestado de capacidade exigível nos casos em que refere-se a aquisição de bens ou serviços mais complexos, o que não se enquadra no pregão em epígrafe, uma vez que o mesmo tem como objeto a **CESSÃO DE MÃO DE OBRA**, que por sua natureza é um bem comum, descartável e em tese, não necessita de qualificação técnica para seu fornecimento.

Nesse ínterim, sempre que uma decisão gere efeitos sobre terceiros, especialmente causando restrição a direitos, não se pode olvidar de recorrer das decisões arbitrárias dos pregoeiros e equipes técnicas, recurso esse que "age como instrumento de proteção do indivíduo perante a ação daquela competência", e nada mais é do que o respeito ao Devido Processo Legal, constitucionalmente garantido no artigo 5º, LV, segundo o qual: "aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes".

Em suma, assiste razão a RECORRENTE quando requer que seja revogada a decisão de inabilitação da mesma, declarando-a habilitada, e adjudicando-a seu favor.





## DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

O julgamento da presente licitação deve vincular se ainda ao instrumento convocatório, que é a "LEI" do certame, portanto, a exigência é que os atestados de capacidade técnica apresentados sejam: **SIMILIARES – COMPATÍVEIS E SEMELHANTES ao objeto licitado e não IDENTICOS como exigido**, motivo pelo qual ensejou na inabilitação da RECORRENTE. Ensina nos José Cretella Júnior em seu livro Das Licitações Públicas, Editora Forense em sua 18ª Edição (página 159) que: "*Direito subjetivo público à observância do procedimento: Todos os que participam da licitação têm o direito subjetivo público de exigir a fiel observância do respectivo procedimento.*"

Diríamos com maior rigor científico que a Administração direta, os órgãos públicos e as entidades têm o poder dever de vincular se ao edital licitatório (suporta a lei que fizeste), ao passo que os licitantes têm, realmente, o direito subjetivo público, oponível ao Estado, ou, mais especificamente, à entidade promotora, órgão ou pessoa, exigindo que a "lei interna" do procedimento seja cumprida ponto por ponto.

Mais adiante na mesma publicação técnica (página 282) o autor escreve: "*A ADMINISTRAÇÃO NÃO PODE DESCUMPRIR AS NORMAS E CONDIÇÕES DO EDITAL A QUE SE ACHA ESTRITAMENTE VINCULADA.*"

E comenta: "O edital e a Administração a este vinculada em obediência ao princípio de legalidade, que rege a operacionalidade técnico jurídica do estado de direito, no qual vigora a máxima "suporta a lei que fizeste" patere legem, quem fecisti, a presente Lei 8.666/93 consagra a norma segundo a qual "A ADMINISTRAÇÃO NÃO PODE DESCUMPRIR AS NORMAS E CONDIÇÕES DO EDITAL QUE PUBLICOU E A QUE SE ACHA ESTRITAMENTE LIGADA."



## DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS

À vista de TODO o exposto, REQUER:

- 1) QUE O RECURSO INTERPOSTO PELA RECORRENTE SEJA CONHECIDO E TEMPESTIVO, E NO MÉRITO SEJA DADO PROVIMENTO – “DEFERIDO;
- 2) QUE SEJA REFORMADA A DECISÃO DO PREGOEIRO E EQUIPE TÉCNICA EM INABILITAR A RECORRENTE – DECLARANDO A AO FIM A “HABILITADA;
- 3) ENTENDENDO PELO INDEFERIMENTO DO PRESENTE RECURSO, REQUER QUE TODO PROCESSO SEJAREMETIDO A AUTORIDADE SUPERIOR COMPETENTE, PARA QUE A MESMA EXTERNE SEU DIGNO ENTENDIMENTO, TORNANDO SE AUTORIDADE RESPONSÁVEL POR ESSE ATO.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Iperó/SP, 24/03/2021.



---

**Luiz Lozzano Sanches Neto**

Sócio administrador

RG nº 50.735.430-8 e CPF nº 064.933.586-47

SOLUÇÕES RECURSOS HUMANOS LTDA

CNPJ 18.975.589/0001-09

SOLUCOES  
RECURSOS HUMANOS LTDA  
CNPJ:18.975.589/0001-09

